

Nas linhas da história: feministas socialistas e experiências de resistência

Karina Oliveira Morais dos Santos

Mestranda em História Social pela Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-UNIFESP) com financiamento FAPESP e militante da Marcha Mundial das Mulheres.

Resumo

O presente artigo busca elucidar algumas linhas da história das mulheres, a partir de algumas trajetórias. Aqui, revisitamos experiências de resistência e construção coletiva, fundamentadas em perspectivas socialistas. Em um primeiro momento, discutiremos brevemente as transformações no campo da história que, a passos lentos, criam melhores condições para que se avance na compreensão da história das mulheres, depositadas em gavetas de arquivos. Na sequência, aproveitamos o centenário da Internacional Comunista, para recuperarmos duas trajetórias: Alexandra Kollontai (1872-1952) e Flora Tristán (1803-1844). O percurso deste texto se encerra com a experiência da Marcha Mundial das Mulheres no contexto brasileiro. Três sínteses distintas, de distintos contextos, caracterizadas pelo feminismo socialista internacionalista.

Palavras-chave

História das Mulheres – Feminismo – Socialismo

Abstract

This article seeks to elucidate some lines of women's history, from some trajectories. We revisit experiences of resistance and collective construction, based on socialist perspectives. At first, we will briefly discuss the transformations in the field of history that, at a slow pace, create better conditions to advance the understanding of women's history, forgotten in file drawers. Then we take advantage of the centenary of the Communist International to recover two trajectories: Alexandra Kollontai (1872-1952) and Flora Tristán (1803-1844). Finally, the course of this text ends with the experience of the World March of Women in the Brazilian context. Three distinct syntheses, from different contexts, characterized by socialist and internationalist feminism.

Keywords

Woman's history – Feminism – Socialism

As mulheres nas páginas da história

As mulheres têm sido linha de frente na construção de inúmeros processos de resistência diante de contextos de retrocessos e rupturas democráticas. Historicamente, sempre desempenharam papéis centrais na articulação de respostas coletivas em tempos difíceis. Preteridas da historiografia oficial, contada por homens e para homens, muitos são os mecanismos de invisibilização de suas experiências no decurso da história: na política, na ciência, nas artes, no esporte e na esfera pública de forma geral, inclusive na organização dos partidos e sindicatos.

Muitos são os debates que envolvem o fazer historiográfico no sentido de explicar a sociedade, ora lançando modelos explicativos, ora rompendo com eles. Ao longo do século XX há uma grande inflexão metodológica no campo, sobretudo com o surgimento da Escola dos Annales, em 1929, por meio da revista *“Annales d’histoire économique et social”*. O novo grupo de historiadores propunha um rompimento com as velhas estruturas de se pensar a história, até então encaradas como uma série de acontecimentos depositados cronologicamente, em sequência, em uma linha do tempo estanque. Uma história factual, positivista e sem reflexão crítica, que protagonizava as “grandes personalidades”: as grandes dinastias ou figuras do governo, aqueles que ocuparam cargos vinculados às cortes, os grandes navegadores. A mulher aparecia, no máximo, enquanto rainhas, sedutoras ou loucas. A discussão que se apresentou a partir daí influenciou as gerações seguintes de historiadores, criando condições para que novas interpretações e agentes fossem possíveis nos livros de História¹.

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da História. O desenvolvimento da Antropologia e a ênfase dada à família, a afirmação da História das “Mentalidades”, mais atenta ao cotidiano, ao privado e ao individual, contribuíram para as fazer sair dessa sombra. E mais ainda o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou. “Donde vimos? Para onde vamos?”, pensavam elas; e dentro e fora das Universidades levaram a cabo investigações para encontrarem os vestígios das suas antepassadas e, sobretudo, para compreenderem as raízes da dominação que suportavam e as relações entre os sexos através do espaço e do tempo².

¹ BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: UNESP, 1991.

² DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Escrever a História das Mulheres. In: THÉBAUD, Françoise (org). *História das Mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 07.

A História das Mentalidades, mencionada por Perrot, emerge nesse contexto e muito contribuiu com o processo de transformações do próprio campo, ainda que de suas limitações. Da ampliação desses debates resultou também a consolidação da História Social, lançando-se enquanto uma linha preocupada em reinterpretar os cânones da História que centralizavam a produção nos “grandes homens”, na “história vista de cima”. A História Política foi questionada, bem como os modelos economicistas e estruturalistas, que invisibilizam o agenciamento dos grupos não hegemônicos, a consciência de classe, as dinâmicas e os conflitos decorrentes entre categorias sociais distintas e altamente hierarquizadas.

Um dos expoentes da História Social foi Edward Palmer Thompson, historiador socialista, que buscou romper com os modelos estruturalistas na compreensão da história. Ao analisar a classe operária inglesa, por exemplo, Thompson discute que o próprio conceito de classe social decorria de um processo histórico baseado nas experiências em comum, não de um resultado mecânico e acidental da industrialização³.

Noções de “processo”, “classe”, “luta de classes”, “consciência de classe” e “experiência histórica” são medulares na obra do autor para compreender o novelo de fios e nós que engendram as relações sociais entre grupos hegemônicos e não hegemônicos, bem como a multiplicidade de experiências que os envolve. Para ele, é a práxis que forma o indivíduo e são suas experiências compartilhadas, na qual a luta de classes é uma realidade, que lançam bases à inteligibilidade das condições e de seus processos. A consciência de classe seria, então, fruto desse panorama mais amplo, que envolve uma complexidade de relações, experiências, percepções, articulações coletivas, bem como das próprias contradições que emergem entre grupos sociais que se polarizam⁴.

Enquanto militante, Thompson questionou também a cientificidade e a efetiva contribuição dos intelectuais socialistas que, sob seus gabinetes, escreviam sobre os trabalhadores, sem de fato conhecê-los ou buscar aproximações. Para ele, um dos legados do Stalinismo foi justamente o

³ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. RJ: Paz e terra, 1987.

⁴ Conferir também: THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 e *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

aprofundamento da distância que havia entre os intelectuais socialistas e aqueles que assumiam tarefas práticas do movimento dos trabalhadores. Ao passo em que o socialismo está diretamente vinculado com ações efetivas, pouco efeito surtia as ideias que não eram transformadas em “energia social”⁵.

Nas últimas décadas, a produção acadêmica tem se reciclado no sentido de buscar um rompimento com a cristalizada associação entre subordinação e exploração com passividade, paralisia e sujeição. Nesse sentido, a História Social aponta para uma nova perspectiva de compreensão da sociedade a partir da “história vista de baixo”, dos sujeitos em sua diversidade, das construções de alternativas frente às situações de opressão, da vida em sua amplitude e complexidade, como é o caso da história do trabalho e dos trabalhadores, das mulheres, da vida material e cotidiana.

Ainda assim há, na produção acadêmica, uma resistência substancial em compreender a dimensão da dupla e tripla jornada do trabalho realizado pelas mulheres enquanto parte da produção historiográfica do mundo do trabalho, por exemplo. As historiadoras feministas têm pautado firmemente esse debate, no meio acadêmico e nas ruas, inclusive para reafirmar que o silenciamento da história das mulheres não se deve à falta de fontes mesmo que, de fato, a escassez de registros imponha dificuldades reais à produção acadêmica. Ocorre que essa não é uma argumentação que se sustente, dado que é dever do próprio campo criar metodologias de análise para fontes não concebidas para o pesquisador⁶. De acordo com a historiadora feminista Joana Pedro, essa é uma questão que já era tratada por outras historiadoras e que vem sendo superada por meio de novos métodos:

Dentro desta perspectiva, um novo estoque de fontes tornou-se possível para a escrita da história. Foi neste sentido que, escrevendo na década de 80 do século XX, Maria Odila Leite da Silva Dias perguntava, em seu livro, que se tornou base para esta nova historiografia, se o que tornava difícil a história das mulheres era a ausência de fontes ou

⁵ SAVILLE, John; THOMPSON, Edward Palmer. Editorial – The new reasoner: a quarterly journal of socialist humanism, no. 1, Summer 1957. Conferir também: THOMPSON, Edward Palmer. Socialism and the Intellectuals. In: *Universities and Left Review*, vol. 1, n. 1, Spring 1957. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/thompson-ep/1957/socialism-intellectuals.htm>> e _____ Socialism and the Intellectuals – A Reply. In: *Universities and Left Review*, vol. 1, no 2, Summer 1957. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/thompson-ep/1957/socialism-intellectuals-reply.htm>>. Acesso em 26 set. 2019.

⁶ Exemplo disso é discutido por Ginzburg, a partir do “paradigma indiciário”. Grosso modo, trata-se de analisar a história a partir dos vestígios e indícios, dos detalhes menos visíveis, na perspectiva de compreender o macro a partir de seus pormenores. Ver: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. (Tradução Federico Carotti). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

a invisibilidade ideológica destas. E a proposta era a de buscar as minúcias, de ler nas entrelinhas, de garimpar o metal precioso das fontes em meio a abundante cascalho. Tem sido desta forma que inúmeras pessoas têm escrito a história das mulheres⁷.

Ao longo do século XX, de fato, houve transformações substanciais no método historiográfico, que permitiu ao campo maior flexibilidade para compreender a história por outras perspectivas. Por outro lado, uma outra consideração é fundamental para a compreensão dessas transformações: a inserção de novos sujeitos no meio universitário, como os negros e as mulheres, que passam a produzir suas próprias narrativas. Não nos prolongaremos neste debate mas, dado que a história é também um campo de disputas, é importante que se busque, por meio dela, novas ferramentas que elucidem participações até então apagadas de suas linhas.

Nada há de accidental na invisibilização dessas experiências, pois são processos historicamente construídos e que denunciam a anulação dos sujeitos, a partir de forças políticas desiguais. Ainda que em nosso ofício, enquanto historiadoras e historiadores, nos valhamos da dimensão do tempo para compreendermos tais processos, nossas questões muito informam sobre o presente e contribuem para construí-lo. Seguramente o fazer historiográfico também se reinventa. De todo modo, é inegável o seu potencial transformador na medida em que evidencia continuidades históricas, contradições, discursos, situações de exploração e de enfrentamento, articulações coletivas face às opressões e mecanismos ainda não superados.

Entre avanços e retrocessos, o mundo se transforma e as narrativas seguem em disputa. A possibilidade de falarmos hoje em políticas públicas, por exemplo, decorre justamente dos tensionamentos que se operam, simultaneamente, entre grupos sociais distintos. Resistência será sempre um termo atual na história das mulheres e tratar sobre essa dimensão é emblemático em

⁷ PEDRO, Joana Maria. Tradução do debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2019. Maria Odila Leite da Silva Dias, mencionada pela autora, é historiadora e feminista. Sua obra se preocupa em discutir o lugar das mulheres pobres na cidade de São Paulo no final do século XVIII e início do XIX, discorrendo que a história não escrita sobre as mulheres é, na verdade, um esquecimento ideológico. Ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo o século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Ainda acerca desse debate, vale a pena conferir também: PERROT, Michelle; PAIRE, Alain (Orgs.). *Une histoire des femmes est-ce elle possible?*. Paris/Marseille: Éditions Rivages, 1984.

qualquer tempo histórico. Se, por um lado, há aquelas que mobilizam ferramentas na perspectiva de construir condições de vida melhores para o conjunto das trabalhadoras e trabalhadores, por outro, há aqueles que buscam a manutenção do *status quo*. Geralmente são esses últimos os donos dos meios de produção, da terra e de outras pessoas, para os quais o nosso ofício e militância podem ser incômodos.

Feministas, socialistas e internacionalistas: Alexandra Kollontai e Flora Tristán

*Mulheres querem a terra
Mulheres querem ser igual
Mulheres querem o feminismo
E o socialismo Internacional!*

A construção de um mundo pautado nos princípios de igualdade, liberdade e solidariedade, passa por integrar política, economia e sociedade a partir de uma perspectiva feminista. A compreensão da luta de classes é fundamental para o rompimento efetivo com as estruturas que mantêm as hierarquias e situações de exploração, geradas pelo capitalismo ou por qualquer sistema cujo modelo se configure verticalmente, a partir de relações de domínio. Tendo isso em vista é necessário ter a clareza, sobretudo, de que não se supera um modelo opressor, sem que se reconheça em dimensão e profundidade os alicerces que o sustentam.

A desigualdade de gênero, por exemplo, não é uma criação capitalista, mas o capitalismo a reinterpreta e, sem a qual, não se sustenta. Em um sistema patriarcal, machista e racista, as opressões que recaem sobre a classe trabalhadora, se estendem duplamente às mulheres e ainda com maior violência às mulheres negras. Em todas as instâncias. Nesse sentido, a luta pela libertação das mulheres, atrelada às dimensões de raça e classe, deve ser central. Relegar essa questão a um debate secundário é perder de vista as estruturas do próprio sistema que oprime, subjuga, violenta e explora o conjunto da classe trabalhadora. Um sistema que submete a maioria que produz, a uma minoria que detém os meios de produção.

Uma sociedade sem violências, que se fundamenta na igualdade de oportunidades, na liberdade de todos os indivíduos, na horizontalização das relações, no acesso à terra e aos bens comuns, na soberania alimentar, na valorização da trabalhadora e do trabalhador, na coletivização dos meios de produção, na irreverência popular, na paz e solidariedade, é a sociedade que as feministas socialistas buscam construir. Se a luta pela memória é também ferramenta política, aqui, ensaio uma síntese acerca da trajetória de duas delas – das tantas – que transformaram o contexto em que viviam: Alexandra Kollontai e Flora Tristán.

No que tange a invisibilização histórica da luta das mulheres, inúmeros são os exemplos daquelas que lideraram processos e incidiram sobre os ideais de seu tempo. O legado de Alexandra Kollontai (1872-1952), feminista socialista, que atuou pela libertação das mulheres na Rússia e no mundo, é ainda pouco discutido nos meios intelectualizados e mesmo entre as organizações mistas de esquerda. Por outro lado, seu nome tem sido recuperado pelos movimentos feministas e por linhas de estudo com matrizes marxistas.

Kollontai atuou sem descanso pela emancipação feminina no contexto da Revolução Russa, dedicando-se a organizar a luta das mulheres trabalhadoras. Sua produção teórica sempre esteve atrelada a ação política e, dentre suas influências, destaca-se a atuação de outras mulheres, também socialistas, como Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e Dorothy Montefiore, as quais conhecia pessoalmente. Um desses bonitos e revolucionários encontros ocorreu na I Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, organizada por Clara Zetkin em 1907, na Alemanha. Evento em que Rosa também esteve presente.

Há muito por se aprender a partir da experiência dessas mulheres e de tantas mais que romperam com os grilhões de seu tempo. Suas formulações sobre o trabalho, a família, o amor e todo o universo que envolve relações de gênero, surtiram transformações reais na vida das mulheres e do conjunto da classe trabalhadora, suscitando debates ainda necessários. Para Kollontai, fazia-se imprescindível romper com a dupla moral sexual e superar o formato burguês de Estado e de família, que se fundamentava a partir da propriedade privada⁸. O amor deveria decorrer das relações de

⁸ Sobre o a família, ver: KOLLONTAI, Alexandra. *El comunismo y la familia*. Barcelona: Ed. Marxista, Barcelona, 1937.

camaradagem e afetos reais, sem a subjugação das mulheres ao âmbito doméstico e ao domínio dos homens⁹.

Kollontai foi uma das principais articuladoras para que o processo da Revolução Russa criasse condições para a aprovação de várias medidas, como a educação infantil mista, a igualdade salarial e o direito ao divórcio. Aprovou também a legalização do aborto, por se tratar de uma questão que envolve a saúde e a vida das mulheres e que, para além dos riscos da criminalização e da clandestinidade, eram violentadas também pela punição moral. Dentre outras resoluções, pautou a obrigação do Estado na proteção da maternidade e na criação de creches, o que deu sequência a uma série de políticas públicas para as mulheres mães e para as crianças. Também se colocou combativa à prostituição, por compreender que não se trata de uma relação de trabalho, mas de exploração sexual e econômica, servindo apenas aos homens e ao capital¹⁰. Debates fundamentais ainda hoje.

Uma doença séria afastou-me de trabalhos emocionantes por meses. Mal me recuperei – nesse período estava em Moscou [1920] – e assumi a direção da Coordenação para o Trabalho entre as Mulheres e, mais uma vez, um novo período de trabalho pesado e intenso começou. Um jornal de mulheres comunistas foi fundado, conferências e congressos das mulheres trabalhadoras foram convocados. As bases para o trabalho com as mulheres do Oriente (muçulmanas) foram assentadas. Duas conferências mundiais de mulheres comunistas ocorreram em Moscou. A lei que liberava o aborto foi aprovada e um grande número de regulamentações em benefício das mulheres foram introduzidas por nossa Coordenação e confirmadas legalmente. Nesta época, tive que escrever e discursar mais do que em qualquer momento anterior. Nosso trabalho recebeu o apoio completo e incondicional de Lenin. E Trotsky, embora sobrecarregado com tarefas militares, aparecia infalivelmente e de bom grado em nossas conferências. Mulheres enérgicas, talentosas, duas das quais já não estão mais vivas, devotaram e sacrificaram todas suas energias ao trabalho da Coordenação.¹¹

⁹ Sobre o amor, ver: KOLLONTAI, Alexandra. O amor e a nova moral. In: _____. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 27-73.

¹⁰ Alexandra Kollontai discursou sobre a prostituição na Terceira Conferência de Dirigentes dos Departamentos Regionais da Mulher de toda a Rússia, em 1921: KOLLONTAI, Alexandra. Prostitution and ways of fighting it. In: *Selected writings of Alexandra Kollontai*. Com tradução e comentários de Alix Holt. Londres: Allison & Busby, 1977.

¹¹ KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007, p. 73-4.

Tanto a maternidade, quanto a autonomia em decidir por ela foram pautadas por Kollontai e compreendidas enquanto questões fundamentais para a libertação das mulheres. Silvia Federici, historiadora feminista, traz uma reflexão importante sobre a imposição da maternidade. De acordo com a autora, o trabalho reprodutivo e de cuidados que as mulheres exercem gratuitamente é a base em que o capitalismo se sustenta e a privação das mulheres no controle sobre seus próprios corpos implica um problema de outra ordem: impõe a maternidade como um trabalho forçado, confinando as mulheres à atividade reprodutiva¹².

A maternidade se tornou, então, mais uma das funções da mulher na nova divisão sexual do trabalho, que segue impondo papéis invisíveis e que as limitam sobre a decisão por seus próprios destinos. Esse modelo tampouco considera o trabalho praticado pelas mulheres enquanto trabalho. A dupla e tripla jornada, que impõe a elas o trabalho doméstico e o cuidado com o marido, filhos e enfermos, é mascarado em torno do discurso do “amor”, afinal, parte-se do pressuposto de que são naturalmente dedicadas, cuidadosas e amorosas.

A atualidade dessas ideias assume uma dimensão mais ampla: se, por um lado, Kollontai foi uma das mulheres que formulou questões “a frente do seu tempo”, em que tempo então essas questões estariam melhor situadas dado que, um século depois, muitas delas seguem ainda não superadas? A luta de Alexandra foi revolucionária em seu contexto, mas responde de forma cirúrgica as necessidades desse mesmo contexto e contribui para que repensemos o nosso.

Nas barricadas socialistas, atuou junto com Lenin e escreveu ao mundo seus ideais com textos que, durante a I Guerra Mundial e contra ela, circularam na Imprensa internacionalista: Inglaterra, Noruega, Suécia, Estados Unidos, Rússia. Naquele momento, seu objetivo era claro: fundar uma nova Internacional dos Trabalhadores.

Continuei a trabalhar com vistas a unir todas as forças dos internacionalistas na oposição à Guerra Mundial. Eu compartilhava dos pontos de vista de Lenin, que almejava disseminar a convicção de que a guerra poderia ser derrotada somente pela revolução,

¹² Ver: *FEDERICI, Silvia. A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres. In: _____ O Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017, pp. 181-190.*

pela insurreição dos trabalhadores. Concordava substancialmente com Lenin e estava muito mais próxima dele do que muitos de seus seguidores e amigos mais velhos¹³.

Em ano comemorativo do centenário da Internacional Comunista, em que se convencionou encarar Lenin como protagonista único, é importante lembrar o papel ativo de Alexandra e de outras tantas no decorrer dos processos, os organizando e incidindo sobre eles. Inclusive, entre os próprios membros do Partido Bolchevique, ela foi a única a defender, desde o início, o famoso discurso das Teses de Abril de Lenin, “*Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução*”, em 1917, além de articular para que a classe trabalhadora também o apoiasse. Uma publicação importante que lançou bases à Revolução Socialista de Outubro. Mais tarde, em 1920, Kollontai assumiu a direção do Secretariado Internacional de Mulheres da Internacional Comunista, a III Internacional¹⁴.

Na organização da luta das mulheres em perspectiva socialista, antes de Kollontai vieram outras, muitas outras, e que seguem esquecidas nos arquivos da história. Cabe destacar, por exemplo, a atuação de Flora Tristán (1803-1844), operária, escritora e militante socialista franco-prussiana. Impulsionada pelo seu próprio histórico de vida, que envolve o empobrecimento quando do falecimento do pai, um aristocrata, e um relacionamento abusivo com o dono da Fábrica onde trabalhou, lutou arduamente pela emancipação das mulheres e da classe operária, contra a escravidão e a pena de morte.

Tristán também tinha clareza que são as mulheres as principais responsáveis pela sustentabilidade da vida, ainda que da invisibilização do trabalho que realizam, principalmente no âmbito doméstico. Defendeu isso ferrenhamente diante dos operários, para que se convencessem de que suas esposas e filhas deveriam ser instruídas e valorizadas. Para ela, um dos elementos de maior responsabilidade na infelicidade e miséria da classe operária, residia na forma como as mulheres eram tratadas, enquanto servas: “Entre o mestre e o escravo, não há nada mais que o cansaço do peso da corrente que liga um ao outro. – Lá, onde não há liberdade, a felicidade não poderá existir”¹⁵. Nesse

¹³ Ibidem, p. 54.

¹⁴ Ibidem, p. 60.

¹⁵ TRISTAN, Flora. *União Operária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 123.

sentido, a manutenção das relações hierárquicas entre homens e mulheres, em especial da classe operária, era o que os mantinha em completo atraso, impossibilitando de se fortalecerem mutuamente. Algo muito próximo do que Kollontai tratou posteriormente a partir de suas formulações sobre o amor-companheiro ou “amor-camarada”.

Flora é enfática ao questionar a “*Declaração dos Direitos do Homem*”, que resultou da Revolução Francesa (1789). Se, por um lado, o documento avançou no sentido de reconhecer os direitos civis, políticos e sociais dos homens, de forma universal, por outro, as mulheres permaneceram às margens, esquecidas à sua própria sorte:

O que aconteceu com os proletários, e preciso convir, é de bom augúrio para as mulheres quando seu 89 houver soado. – Considerando um cálculo bem simples, é evidente que a riqueza crescerá indefinidamente no dia em que chamarmos as mulheres (a metade do gênero humano) a aportar para a atividade social sua contribuição em inteligência, força e capacidade. – Isto é tão fácil de compreender quanto que *dois é o dobro de um*. Mas que triste! Nós ainda não estamos lá e enquanto esperamos este feliz 89, constatemos o que se passa em 1843¹⁶.

Autora de diversos textos, sua mais importante obra foi publicada quatro anos antes do lançamento do Manifesto Comunista: “*União Operária*”, de 1843. Seriamente comprometida com uma perspectiva internacionalista, Flora Tristán conclama para a união universal da classe trabalhadora, das operárias e operários, para que se unam e se organizem. A máxima “*Trabalhadores do mundo, uni-vos!*”, já assumia profundo significado pela ação de Flora. Uma mulher que, por seus ideais e ações, seguramente pode ser considerada uma precursora da I Internacional.

Essas mulheres são exemplos claros de que o feminismo não se resume a uma dimensão identitária, mas se configura enquanto um campo político em que o debate sobre gênero e classe estão intrinsicamente relacionados. Repensar o sistema econômico e a ordem vigente são questões fundamentais que norteiam o feminismo socialista, cujo debate é imprescindível para a transformação real na vida das mulheres e do conjunto da classe trabalhadora.

¹⁶ Ibidem, p. 114.

Com o cuidado de não incorrerem em anacronismos, recuperar esse histórico nos inclina, também, a questionar o pressuposto de “empoderamento individual”, que ganha maior expressão com o avanço do neoliberalismo. Ao passo em que parte de uma concepção autocentrada, vende uma falsa ideia de que a emancipação depende exclusivamente da ação individual dos sujeitos. Desatrela-se, assim, da dimensão de classe e raça, que impacta diretamente nas possibilidades concretas na trajetória das mulheres.

A construção de um outro formato de sociedade só é possível a partir do enraizamento de redes de solidariedade, que caminhem de forma integrada. A individualização de qualquer ação mantém as mesmas estruturas de opressão e, mais que isso, abre margens aos imperativos do mercado. Ainda que em condições e contextos distintos, Alexandra Kollontai e Flóra Tristán são nomes que irromperam com seus próprios bastidores, com o espaço doméstico, com o modelo burguês de família, com os dogmas da religião. Tornaram-se lideranças, internacionalizaram um projeto de mundo e conquistaram avanços efetivos. Se hoje são, gradativamente, lembradas nas páginas da história, é mais pelo que construíram coletivamente, do que pelos nomes em si.

Marcha Mundial das Mulheres: sem feminismo não há socialismo!

Capire, mosamam, mam, Capire

El ham mosamam el ham

Capire, mosamam, mam, Capire,

El ham mosamam el ham

Dado que a história não é linear, a luta das mulheres é marcada por avanços e retrocessos. Ainda que, a priori, pareça óbvio, ter clareza disso é fundamental para que as experiências de

resistência e de conquistas, construídas e alcançadas coletivamente, não sejam minimizadas nas linhas da história¹⁷.

Ao redor do mundo, são muitas as iniciativas dos movimentos feministas na busca por criar melhores condições de vida para o conjunto das mulheres e de toda a classe trabalhadora, sob bases igualitárias. Em um modelo capitalista patriarcal, não há espaço para a compreensão das mulheres enquanto sujeitos, nem na dimensão social e menos ainda no universo da economia e da política. Nesse sentido, é necessário recuperar as experiências que propõem transformações efetivas, de forma a incidir sobre as estruturas do sistema a partir de uma agenda feminista. Nas linhas que se seguem, trato de uma dessas potentes iniciativas.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento permanente de mulheres, fundamentado em uma perspectiva socialista de sociedade. Isso significa compreender que as dimensões de gênero, raça e classe estão intrinsecamente vinculadas, dado que é a partir das relações de exploração que daí decorrem, que o capitalismo se sustenta. A MMM surge, então, enquanto uma afronta ao modelo social e econômico vigente, construindo ações de enfrentamento ao machismo, ao racismo e ao capitalismo de forma mais ampla e coesa. É um movimento propositivo: apresenta sua própria agenda, mas organiza-se junto a outras organizações sociais, construindo redes de solidariedade.

Em 1995, cerca de 850 mulheres em Quebec, no Canadá, marcharam cerca de 200 quilômetros, ao longo de dez dias. Simbolicamente, reivindicavam “pão e rosas”, convocando organizações de mulheres de vários países do mundo para uma grande campanha internacional, que seria realizada em 2000, contra a pobreza e as violências machistas. O primeiro encontro ocorreu em 1998, naquele momento eram as mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que estavam em articulação com as mulheres do Canadá, participando e convocando reuniões. Depois disso se reconfigurou, ao passo em que todo aquele processo ganhava corpo e profundidade, o movimento foi

¹⁷ Essa é a parte do texto em que a autora se coloca também como uma das fontes. Nas linhas que se seguem, ensaia-se uma síntese de algumas experiências na história da Marcha Mundial das Mulheres. As informações foram resgatadas da coleção de *Cadernos Sempreviva* e das Cartilhas, publicados pela Sempreviva Organização Feminista (SOF), atreladas a relatos pessoais a partir da atuação na Marcha Mundial das Mulheres. Estas publicações podem ser conferidas em: <<https://www.sof.org.br/category/publicacoes/>>. Acesso em 26 set. 2019.

tomando amplitude. Foi então que surgiu a Marcha Mundial das Mulheres, resultante de um intenso percurso de organização e mobilização coletiva, marcadamente por uma ótica internacionalista.

É importante caracterizar esse contexto: após a queda do muro de Berlim, em 1989, e o substancial fortalecimento do imperialismo norte-americano com a dissolução da União Soviética, em 1991, a década de 1990 foi marcada pela implementação da agenda neoliberal. Neste momento, as conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) tinham centralidade nas ações globais, ainda que as resoluções nelas aprovadas não surtiram transformações estruturais.

Toda essa mobilização de mulheres a partir de 1995 foi importante porque reposicionou a luta feminista, que voltou a ganhar fôlego nas ruas. A marcha em Quebec conquistou políticas públicas importantes mas, seguramente, um dos mais importantes saldos políticos foi o fortalecimento da auto-organização das mulheres. No Brasil, o primeiro encontro nacional da MMM aconteceu em 1999, na perspectiva de organizar as mulheres para a I Ação Internacional, que ocorreu no ano seguinte, com ampla mobilização de norte a sul do país. Resultou que, em 17 de outubro, Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, marchas concomitantes ocorreram em mais de 40 países e uma carta foi entregue à ONU no dia seguinte, com reivindicações assinadas por cinco milhões de mulheres.

Em 2000, com a chamada “*2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista*”, a MMM organizou atividades em todos os estados no Brasil, articulando-se junto a entidades de diversos setores. Havia uma plataforma política que norteava essas ações, com 17 pontos contra a pobreza e a violência, conforme definido no encontro de Quebec, em 1998. As mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) apresentaram uma proposta importante, que trazia as trabalhadoras do campo para o centro do debate: a organização de uma grande Marcha das Margaridas.

Com o refrão: “*Nós somos as margaridas, mulheres, movimento e organização, dando o grito de alerta contra toda e qualquer opressão!*”, essa foi ação mais expressiva naquele ano, reunindo 20 mil trabalhadoras rurais em Brasília, que se alinhavam às 2000 razões para marchar. A especificidade foi que, ali, eram as trabalhadoras do campo a pautarem sua própria plataforma política, denunciando a

profunda invisibilização de sua força de trabalho, bem como a pobreza e as violências que as acometiam, alijadas, inclusive, dos serviços ofertados nos núcleos urbanos.

Essa iniciativa se tornou a maior ação conjunta de trabalhadoras rurais da América Latina, consolidando-se na agenda de lutas da MMM, da Contag e de diversas organizações parceiras. O próprio nome abarca em si um tom de denúncia, em memória de Margarida Maria Alves. Alagoana e camponesa, foi uma das primeiras mulheres a ocupar um cargo de direção sindical no país. Lutou sem descanso por melhores condições de vida no campo e foi brutalmente assassinada por latifundiários, em 1983. Desde então, outras cinco edições da Marcha das Margaridas ocorreram (2003, 2007, 2011, 2015 e 2019) e, o que era antes um ato com 20 mil mulheres, reúne hoje 120 mil.

No bojo desses processos, a Marcha Mundial das Mulheres, que surge enquanto uma campanha, tornou-se um movimento permanente e que muito avançou na agenda da luta feminista no Brasil e no mundo. Ao passo em que incide de forma crítica também no eixo econômico, tal como as socialistas que vieram antes, reafirma que o feminismo não se resume a uma pauta identitária e que, na luta de classes, está no centro do debate. O feminismo é, antes, um campo político, mais amplo e complexo, com vistas à transformar o mundo a partir das realidades concretas da vida das mulheres.

Nenhuma revolução é possível sem uma perspectiva feminista. São as desigualdades de gênero, a mercantilização da vida das mulheres e a invisibilização de seu trabalho enquanto base da sustentabilidade da vida, que alicerça o capitalismo e o mantém mesmo em contextos de crise. Para as feministas, o particular é político, sendo imprescindível que se olhe também para as relações no âmbito doméstico. Segundo Flávia Biroli, “não há sociedade justa na qual as relações na família sejam estruturalmente injustas; a democracia requer relações igualitárias em todas as esferas da vida, inclusive familiar”¹⁸.

A segunda Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres ocorreu em 2005, lançando a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, na qual se expressa o modelo de sociedade que as feministas da MMM de todo o mundo buscam construir, baseando-se nos princípios de igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz. O documento era uma síntese de uma longa articulação entre

¹⁸ BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 36.

militantes dos 50 países que compunham a MMM e viajou por todos os continentes, saindo da América, passando pela Europa, Ásia, Oceania e concluindo seu percurso na África. Passou por 53 países, uma jornada que se iniciou São Paulo, no dia 08 de março, e terminou em Burkina Fasso, no dia 17 de outubro, um dos países mais pobres do mundo e onde as mulheres passavam por situações extremamente precárias de vida, impelidas e matrimônios forçados e mutilações sexuais. Simbolicamente, foi construída também uma grande e colorida colcha de retalhos, costurada pedacinho por pedacinho em cada país por onde passava. Em 2008, quando de seus dez anos de existência, a Marcha Mundial das Mulheres contava com coordenações nacionais em 70 países.

No meio de todos esses processos – e tantos mais, que não cabem no espaço de um artigo – urgia um outro sério desafio: derrotar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O projeto, apresentado em 1994 na Cúpula das Américas, aprofundava a implementação do neoliberalismo em todo o continente e submetia ainda mais os países do sul ao imperialismo estadunidense. A MMM se organizou em torno da chamada: “*O mundo não é uma mercadoria! As mulheres também não!*”, que depois passou a fazer parte do cancionário da Batucada Feminista: “*A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadoria*”¹⁹. Foi uma tarefa árdua, que exigiu a intensificação dos espaços formativos, das ações diretas e das alianças com amplos setores organizados. Esse processo evidenciou ainda mais as situações de exploração e invisibilização do trabalho das mulheres. O saldo positivo desse longo embate foi a derrota da ALCA por pressão popular, em 2005, além de experiências concretas na construção de unidades.

Com o “*Manifesto das Mulheres pela Paz*”, a Terceira Ação Internacional envolveu mulheres de 52 países a partir dos eixos: autonomia econômica das mulheres, bem comum e serviços públicos, violência contra as mulheres e paz e desmilitarização. O documento foi lido diante de 20 mil pessoas na República Democrática do Congo. No Brasil, a partir do lema “*Seguiremos em marcha até que todas*

¹⁹ O combate à sociedade de mercado é uma das pautas centrais na luta das mulheres da MMM, sobretudo porque esse modelo se ancora na divisão sexual do trabalho e na mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Para saber mais acerca deste debate, conferir: FARIA, Nalu (org.), POULIN, Richard. Desafios do livre mercado para o feminismo. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2005 e FREITAS, Taís Viudes; SILVEIRA, Maria Lúcia. Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres – Crítica à Sociedade de Mercado. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2007. Ambos disponíveis em: < <http://www.sof.org.br/category/publicacoes/cadernos-sempreviva/>>. Acesso em 26 set. 2019.

sejamos livres!”, mais de 3 mil mulheres caminharam de Campinas até São Paulo, ação que reafirmou o lugar das ruas e das marchas enquanto espaços históricos de luta.

No Paquistão, as mulheres foram para as ruas, mesmo depois de fundamentalistas terem explodido bombas para aterrorizar a população. No Mali, mulheres debateram a construção da paz e manifestaram-se em Gao, uma área de conflito armado. Na Grécia, elas realizaram manifestações contra a persistência de elevados dispêndios militares durante a crise financeira – num momento em que outros gastos públicos estão sendo cortados, denunciando a falta de uma política pública em resposta aos níveis crescentes de desemprego (já elevados entre as mulheres). No Brasil, mais de 2.000 mulheres marcharam durante 10 dias sob a bandeira: “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!”²⁰.

Ao longo de 2010 ocorreram também três grandes encontros regionais, na América, na Europa e na Ásia. Neste momento, havia treze bases militares estadunidenses na América do Sul e, no início de 2010, foi anunciada a intenção de se transferir uma dessas bases para a Colômbia. Em função disso e de todos os conflitos que envolviam as mulheres daquele país, decidiu-se que a ação da MMM na América, junto ao Movimento Social de Mulheres contra a Guerra e pela Paz, seria na Colômbia. Uma das manifestações ocorreu em frente a Base Militar de Palanquero, lugar para onde os Estados Unidos pretendiam instalar uma base.

O projeto estadunidense, na verdade, envolvia a possibilidade de transferir para Palanquero a base militar de Manta, instalada no Equador, e instalar sete novas bases, a fim de ganhar o controle geopolítico da região e, também, isolar a Venezuela. Na Europa o chamado era “*Mulheres, Paz, Liberdade*” e o encontro reuniu mulheres de 23 países que articularam diversas atividades em Istambul, na Turquia, lugar onde o ocidente encontra o oriente. Na Ásia, militantes de 10 países onde a MMM estava presente se encontraram em Filipinas e as ações voltavam-se contra o controle militar dos Estados Unidos no Sudeste Asiático.

²⁰ MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Terceira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, 2010 – Solidariedade feminista internacional em ação. África: Marcha Mundial das Mulheres da África [com apoio da Agência Catalana de Cooperació al Desenvolupament], 2010, p. 14.

Por fim, a Quarta Ação Internacional, em 2015, mobilizou ações em 96 países, de todos os continentes. Na Europa, formou-se uma Caravana Feminista que se iniciou em Nusaybin, uma cidade da Turquia que faz fronteira com a Síria. A caravana passou por quinze países, encerrando-se na cidade de Coimbra, em Portugal²¹. No Brasil, as militantes decidiram por descentralizar a agenda de forma a fortalecer a MMM regionalmente e aprofundar os debates nos territórios, a partir das realidades locais. Neste ano, ocorreu também a quarta Marcha das Margaridas, em Brasília.

Das atividades realizadas de norte a sul do país, um grande mapa das resistências foi elaborado coletivamente, com contribuições dos estados. A intenção foi marcar a trajetória das ações e avançar no debate sobre como as experiências das mulheres na construção de alternativas ao sistema opressor, devem ser articuladas e enraizadas de forma integrada²². O mapa seguiu para o Peru, onde ocorreu o 4ª Encontro Regional da Marcha Mundial das Mulheres nas Américas, reunindo 80 delegadas de 10 países.

Todas as Ações Internacionais da Marcha Mundial das Mulheres se iniciaram no dia 08 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, e se encerraram no dia 17 de outubro, Dia Internacional pela Erradicação da Pobreza, mantendo o calendário definido desde o primeiro encontro, em Quebec, e reafirmando sua agenda de lutas. Cabe destaque aos encontros e participações em iniciativas regionais, como é o caso da Jornada Continental pela Democracia que, em 2017, garantiu a presença de 300 militantes no Peru.

O caráter internacionalista, anticapitalista e anti-imperialista da MMM cria condições para que se avance nesses debates de forma a incidir nas estruturas do sistema a partir das realidades locais, mas vinculando-se ao contexto global. No Brasil, atualmente a Marcha Mundial das Mulheres está presente em 20 estados e é parte da operativa nacional da Frente Brasil Popular, criada em 2014. Desde o seu surgimento, a MMM se caracteriza enquanto um movimento plural, a partir da auto-organização das mulheres e construído a muitas mãos: mulheres do campo e da cidade, do centro e

²¹ *Jin, Jiyan, Azadi: Abertura da IV Ação Internacional no Curdistão.* Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2015/03/20/jin-jiyan-azadi-abertura-da-iv-acao-internacional-no-curdista/>>. Acesso em 26 set. 2019.

²² *Quarta Ação Internacional da MMM marca resistências e alternativas das mulheres brasileiras.* Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/4a-acao-internacional-da-mmm-marca-resistencias-e-alternativas-das-mulheres-brasileiras/>>. Acesso em 26 set. 2019.

das periferias urbanas, mulheres negras, lésbicas, jovens e mais crescidas. É também um movimento que se organiza em redes, em conjunto com outras organizações, na perspectiva de criar alianças de solidariedade e fortalecimento mútuo. Neste momento, a Marcha Mundial das Mulheres se prepara para a 5ª Ação Internacional, que ocorrerá em 2020 com o lema “*Resistimos para viver, marchamos para transformar*”.

Do contexto brasileiro: avanço conservador, resistência feminista

*Contra a pobreza e a opressão
Do Capitalismo patriarcal
Nós vamos provocar
Uma revolução mundial*

Desde 2016 segue em curso no Brasil um golpe contra a democracia, que destituiu a primeira mulher eleita à presidência no país, Dilma Rousseff, e levou à prisão o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos criminalizados sem qualquer fundamento jurídico. Desde o início as feministas da Marcha Mundial das Mulheres estiveram mobilizadas reconhecendo que era golpe e denunciando seu caráter profundamente machista e misógino. Mais tarde, todas as articulações fraudulentas se confirmaram por meio do portal *The Intercept Brasil*, que revelou mensagens secretas da Lava Jato²³. Esse processo abriu espaço para a implementação de uma agenda ultraconservadora, que segue avançando sobre os povos e territórios com a face mais cruel do imperialismo. Face essa que se ilustra, hoje, na figura de Jair Bolsonaro, presidente eleito ilegitimamente, e no bloco político que o sustenta.

No último 20 de agosto de 2019, completou-se 500 dias da prisão política de Lula, que é a chave central na articulação do golpe no Brasil. A ação que o prendeu foi articulada por grupos parlamentares da ultradireita, pelo poder judiciário vendido, que se expressa na figura do Juiz Sérgio

²³ Os conteúdos estão disponíveis na íntegra por meio do portal *The Intercept Brasil*, disponível em: <<https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>. Acesso em 01 out. 2019.

Moro, e pelo monopólio midiático, formado por grupos que financiaram a Ditadura Militar no Brasil. São os mesmos meios que hoje inflamam a opinião pública com discursos de ódio e austeridade. No processo de articulação do golpe, a prisão política de Lula decorre da necessidade de retirá-lo das disputas presidenciais, em especial porque liderava todas as pesquisas. A ultradireita então abriu espaço para se enraizar: não por acaso, 293 novos agrotóxicos foram liberados no Brasil no ano de 2019 e mais de 6 mil bolsas de pesquisa de mestrado e doutorado foram bloqueadas, podendo chegar a 84 mil ainda no ano de 2019. Não por acaso, impuseram a Reforma da Previdência, que praticamente extingue o acesso à aposentadoria.

Diante desse quadro, as mulheres, mais uma vez, se colocaram na linha de frente nas campanhas contra Jair Bolsonaro e em defesa da democracia, no Brasil e no mundo. Exemplo disso se expressou no último 14 de agosto, nas ruas de Brasília, com mais uma edição da Marcha das Margaridas. O maior ato de mulheres camponesas da América Latina, reuniu mais de 100 mil marchantes do campo, dos rios e das florestas, de cada canto do país, contra as violências machistas, contra a ofensiva ruralista e em defesa da democracia, da soberania popular, da agroecologia, da previdência social e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade.

Organizada por mais de 30 organizações e fundamentada em um amplo processo de debates e articulações conjuntas, a 6ª Marcha das Margaridas apresentou uma plataforma política que denuncia o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e o aprofundamento da agenda ultraconservadora. Um processo que não é um caso isolado, mas que responde a um contexto mais amplo do avanço neoliberal no Brasil, na América Latina e no mundo. A superexploração do trabalho, a desestruturação dos equipamentos públicos, a criminalização dos movimentos sociais e a política de privatizações refletem uma conjuntura em que se privilegia o capital privado em detrimento da sociedade civil. Isso se verifica, por exemplo, no aumento do desemprego, do subemprego e da pobreza – que fez o Brasil retornar ao Mapa da Fome –, no aumento da exploração sexual e do tráfico de mulheres, bem como no acirramento das violências no campo e na cidade de forma geral. Segue em curso um genocídio da população negra, periférica, indígena, quilombola e ribeirinha, promovido por

um governo que as feministas não reconhecem e que atua em conjunto com os ruralistas, latifundiários, fundamentalistas, com as transnacionais, com os bancos e com a milícia.

Em tempos de tantos retrocessos, a Marcha das Margaridas é uma experiência de resistência. É uma resposta coletiva a esse cenário em que o ódio e o extermínio são políticas de Estado e que a luta pela terra e por todos os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora se impõe como uma necessidade cada vez mais urgente. A Marcha Mundial das Mulheres, as Margaridas do campo e as apoiadoras da cidade, mais uma vez, provaram a todos e a elas mesmas que a auto-organização das mulheres é possível e necessária.

Referências bibliográficas

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luís Felipe. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: UNESP, 1991.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História – Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo o século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Escrever a História das Mulheres. In: THÉBAUD, Françoise (org). *História das Mulheres no Ocidente – século XX*. Porto: Afrontamento, 1995.

FARIA, Nalu (org.), POULIN, Richard. *Desafios do livre mercado para o feminismo*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2005.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FREITAS, Taís Viudes; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres – Crítica à Sociedade de Mercado*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2007.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. (Tradução Federico Carotti). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

KOLONTAI, Alexandra. *La mujer en el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

KOLLONTAI, Alexandra. *Selected writings of Alexandra Kollontai*. Com tradução e comentários de Alix Holt. Londres: Allison & Busby, 1977.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. *Terceira Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, 2010 – Solidariedade feminista internacional em ação*. África: Marcha Mundial das Mulheres da África [com apoio da Agència Catalana de Cooperació al Desenvolupament], 2010.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. *Feminismo em movimento – Caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 2019.

PEDRO, Joana Maria. Tradução do debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2019.

PERROT, Michelle; PAIRE, Alain (Orgs.). *Une histoire des femmes est-ce elle possible?*. Paris/Marseille: Éditions Rivages, 1984.

SAVILLE, John; THOMPSON, Edward Palmer. *Editorial – The new reasoner: a quarterly journal of socialist humanism*, no. 1, Summer 1957.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. Socialism and the Intellectuals. In: *Universities and Left Review*, vol. 1, n. 1, Spring 1957. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/thompson-ep/1957/socialism-intellectuals.htm>> Acesso em 26 set. 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. Socialism and the Intellectuals – A Reply. In: *Universities and Left Review*, vol. 1, no 2, Summer 1957. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/thompson-ep/1957/socialism-intellectuals-reply.htm>>. Acesso em 26 set. 2019.

TORNQUIST, Carmen Susana; FLEISCHER, Soraya Resende. Sobre a marcha mundial das mulheres: entrevista com Nalu Faria. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 291-312, Abr. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 out. 2019.

TRISTAN, Flora. *Pérégrinations d'une paria*. Paris: ActesSud, 2004.

TRISTAN, Flora. *União Operária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Marcha Mundial das Mulheres nas redes

Jin, Jiyan, Azadi: Abertura da IV Ação Internacional no Curdistão. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2015/03/20/jin-jiyan-azadi-abertura-da-iv-acao-internacional-no-curdistao/>>. Acesso em 26 set. 2019.

Quarta Ação Internacional da MMM marca resistências e alternativas das mulheres brasileiras. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/4a-acao-internacional-da-mmm-marca-resistencia-e-alternativas-das-mulheres-brasileiras/>>. Acesso em 26 set. 2019.

Sempreviva Organização Feminista. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/category/publicacoes/>>. Acesso em 26 set. 2019.